



PORTO ALEGRE, 26 A 30 DE JULHO DE 2009

SOBER 47^o CONGRESSO
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL

DESENVOLVIMENTO RURAL E SISTEMAS AGROALIMENTARES: OS AGRONEGÓCIOS NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO DAS NAÇÕES

**DINÂMICA POPULACIONAL NA AMAZÔNIA: O CASO DOS ESTADOS DO
AMAZONAS E PARÁ**
FABRICIOREBELLO@HOTMAIL.COM

***APRESENTAÇÃO ORAL-DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITORIAL E
REGIONAL***

**FABRÍCIO KHOURY REBELLO¹; CYNTHIA MEIRELES DE OLIVEIRA²;
ELINEUZA FARIA DA SILVA TRINDADE³; ALFREDO KINGO OYAMA
HOMMA⁴.**

***1,2,3. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), BELEM - PA -
BRASIL; 4. EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, BELÉM - PA - BRASIL.***

**DINÂMICA POPULACIONAL NA AMAZÔNIA: O CASO DOS ESTADOS DO
AMAZONAS E PARÁ**

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

Resumo

O estudo da dinâmica populacional demonstra a conformação de um dado território no que diz respeito a sua socioeconomia, condições ambientais e culturais, daí a importância de tais análises. Ao considerar a Amazônia, pôde-se notar que muitos surtos migratórios foram induzidos pelo governo brasileiro. Neste trabalho analisou-se a evolução populacional na região a partir de uma série histórica de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1872 e 2007, particularmente os referentes aos estados do Amazonas e Pará, visto serem as áreas de colonização mais antiga na região. Constatou-se um crescimento populacional considerável no período analisado, acima da média nacional, tanto no Amazonas quanto no Pará, o que acena para a necessidade de uma melhor infraestrutura e organização de seu espaço territorial, assim como da modernização no setor agropecuário como forma estratégica de promover o desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, ocupação humana, evolução populacional, migração.

Abstract

The study of population dynamics shows the conformation of a given territory in terms of its socio-economic, cultural and even environmental conditions, hence the importance of such analysis. When considering the Amazon, one can see many outbreaks migration, which in most cases were conducted by the Brazilian government. Accordingly, the study analyzed the evolution of population in the Amazon from historical a series between 1872 and 2007. For the study took the data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in



particular, the states of Amazonas and Pará, because they are older areas of settlement. It was shown a considerable population growth in the period under study above the national average, both in the Amazonas and in the state of Pará, which beckons the need for better infrastructure and organization of their territory as well as a modernization in livestock and agricultural sector as strategy for more sustainable development in the Amazon.

Key-Words: Rural development, human occupation, population evolution, migration.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica populacional de uma região se altera em razão de três componentes: fecundidade, mortalidade e a migração. No que tange a migração, esta assume um papel decisivo em muitos aspectos do desenvolvimento de regiões e países, no crescimento populacional de cidades, na oferta de mão-de-obra e na troca de experiências e tecnologias entre povos. Em séculos de história humana muitas foram às permutas importantes de populações.

Notadamente, em 392 anos de história da Amazônia muitos foram os surtos migratórios ocorridos. Em boa parte, esse processo foi induzido pelo governo brasileiro a partir de suas políticas de ocupação de terras e pela realização de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias. Outros fluxos ocorreram por iniciativa de indivíduos que buscavam o enriquecimento rápido nas atividades de garimpo ou nas muitas oportunidades que surgiam na economia de fronteira. A partir dos anos de 1960 a abertura de novas rodovias e à proliferação de serviços de táxi aéreo, sobretudo, para os garimpos, permitiram a ocupação de áreas mais remotas.

Foi a partir dos anos de 1960 que ocorreu uma intensificação no processo de ocupação humana na Amazônia, principalmente, quando, segundo Costa (2000), ocorreu à expansão da fronteira agrícola, em parte originada da decomposição dos seringais, mas, fundamentalmente, formada por um contínuo processo de absorção de migrantes oriundos de outras áreas do País. Esse crescimento demográfico acelerado, associado à pobreza das comunidades rurais, constitui-se, em uma das principais causas dos problemas ambientais observados no presente.

A construção da rodovia Belém-Brasília constitui um marco na aceleração do fluxo migratório em direção a região, com populações advindas do Sul e do Nordeste do Brasil, principalmente. Nestes termos, tem-se, conforme Costa (2000), o estabelecimento da Amazônia no contexto do desenvolvimento da “fronteira agrícola” nacional.

Considerando a importância da análise de migração populacional para a compreensão da conjuntura, projeção de cenários e na condução das políticas de desenvolvimento do meio rural é que se apresenta esta contribuição. O presente trabalho tem por objetivo analisar o crescimento demográfico ocorrido nos estados do Amazonas e do Pará, entre os anos de 1872 e 2007. Esses estados foram selecionados por serem os de colonização mais antiga e



possuírem os maiores contingentes populacionais da região. Os dados foram obtidos a partir dos Censos Demográficos e da Contagem Populacional realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando, assim, toda a série histórica disponível.

2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA NA AMAZÔNIA

Segundo Becker (1991) é o trabalho de milhares de migrantes que sustenta a expansão da fronteira na Amazônia, que atualmente se caracteriza por uma fronteira tecno(ecol)ógica que se concretiza pela urbanização como estratégia de ocupação, sendo os núcleos urbanos instrumentos de controle e de mudança social.

A ocupação da Amazônia brasileira remonta aos idos de 1616, com a fundação do Forte do Presépio, na baía do Guajará, marco do nascimento da cidade de Belém, capital paraense. A fundação do pequeno Forte de São José do Rio Negro, em 1669, constituiu-se no ponto inicial do que é hoje a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. A fundação desse núcleo são dois marcos importantes no processo de expansão para o povoamento da região. As outras capitais amazônicas têm suas implantações nos seguintes anos: São Luís (MA), 1612; Cuiabá (MT), 1719; Macapá (AP), 1758; Rio Branco (AC), 1882; Boa Vista (RR), 1890; Porto Velho (RO), 1914; Palmas (TO), 1989.

Nos idos de 1700, com 500 habitantes e uma economia, em boa parte, desmonetarizada, Belém já representava o centro administrativo de toda a região Norte do País, merecendo, pois, a atenção especial do Governo Português (ALDEN, 1974).

A Tabela 1 apresenta os dados dos Censos Demográficos realizados no Brasil, assim como a última Contagem da População realizada em 2007. Observa-se que em um período de 135 anos, 1872 a 2007, a população brasileira foi multiplicada por 18,53 vezes, passando de 9.930.478 para 183.987.291 habitantes. No mesmo período, a região Norte teve sua população multiplicada 43,93 vezes e os estados do Amazonas e Pará, respectivamente, por 55,93 e 25,67 vezes. Em 2007, o estado do Pará concentra 48,32% da população da região Norte. Em 1872, quando só existiam os dois estados, representava 82,69% do contingente populacional.

O acelerado crescimento populacional verificado na região, comparativamente ao observado no Brasil, é fruto do intenso processo de migração relacionado às perspectivas econômicas favoráveis na Amazônia e as conjunturas adversas dos estados e países emissores. Um dos primeiros surtos migratórios para a região está associado as oportunidades criadas a partir da economia extrativa da borracha que chegou a participar, entre 1887 e 1917, como o terceiro produto da pauta de exportação da economia brasileira, vindo depois do café e algodão.

Tabela 1 – Evolução da população e densidade demografia do Brasil, região Norte e estados do Amazonas e Pará, segundo dados dos Censos Demográficos de 1872 a 2007.

Anos	Brasil		Norte		Amazonas		Pará	
	População	Dens.	População	Dens.	População	Dens.	População	Dens.
1872	9.930.478	1,17	332.847	0,09	57.610	0,04	275.237	0,22
1890	14.333.915	1,68	476.370	0,12	147.915	0,09	328.455	0,26
1900	17.438.434	2,05	695.112	0,18	249.756	0,16	445.356	0,36
1920	30.635.605	3,60	1.439.052	0,37	363.166	0,23	983.507	0,79



1940	41.236.315	4,84	1.627.608	0,42	438.008	0,28	944.644	0,76
1950	51.944.397	6,10	2.048.696	0,53	514.099	0,33	1.123.273	0,90
1960	70.992.343	8,34	2.930.005	0,76	721.215	0,46	1.550.935	1,24
1970	93.134.846	11,10	3.603.679	1,09	955.203	0,61	2.166.998	1,76
1980	119.011.052	14,23	5.880.706	1,76	1.430.528	0,92	3.403.498	2,81
1991	146.825.475	17,26	10.030.556	2,66	2.103.243	1,34	4.950.060	4,15
2000	169.799.170	19,92	12.900.704	3,35	2.812.557	1,79	6.192.307	4,96
2007(*)	183.987.291	21,61	14.623.316	3,80	3.221.939	2,05	7.065.573	5,66

Fonte: IBGE, 2008; IBGE, 2009.

Nota: Os dados de 2007 referem-se à Contagem da População. Para os demais anos as informações são dos Censos Demográficos.

A crença de que a Amazônia poderia revelar muitas oportunidades e alternativas para problemas da humanidade, sempre despertou interesses e a realização de várias expedições históricas como as realizadas, entre os anos de 1913 e 1914, pelo presidente norte americano e Nobel da Paz Theodore Roosevelt. Isso, de certa forma, estimulava o processo de migração para a região. Por outro lado, em sentido inverso, visando resolver problemas internos, alguns países encorajavam ativamente à emigração. Assim foi, por exemplo, o caso da imigração japonesa que objetivando aliviar a zona rural da superpopulação e conseguir importação para as ilhas centrais incentivou a busca de alternativas além-mar (HOMMA, 2007).

A falta de mão-de-obra para trabalhar nos seringais e nas zonas produtoras de alimentos para suprir seu abastecimento fez com que os governos dos estados do Amazonas e Pará criassem condições para vinda de migrantes. Nesse sentido, entre outras iniciativas, o governador Lauro Sodré, em sua mensagem ao Congresso do estado do Pará, em 1º de fevereiro de 1896, anunciou o contrato para vinda de 35 mil imigrantes europeus e três mil japoneses. O estado do Amazonas também criou vários atrativos para arremeter força de trabalho, como a oferta de terras (CONCEIÇÃO, 1990; HOMMA, 2007).

Esse processo fez com que a população do estado do Amazonas saltasse de 57.610 habitantes em 1872, para 363.166, em 1920. A densidade demográfica passou de 0,04 habitantes por km² para 0,23. Da mesma forma, o estado do Pará salta de 275.237 habitantes para 983.507, considerando o mesmo período. Em 1920 a densidade demográfica no Pará era de 0,79 habitantes por km², contra 0,22, em 1872.

A dinâmica populacional ocorrida no período de 1872 a 2007 pode ser visualizada na Figura 1. Nela percebe-se o número de vezes em que a população do Brasil, região Norte e os estados do Amazonas e Pará crescem em relação a si mesmo, considerando o Censo do período imediatamente anterior. Assim, constata-se que a região Norte, na maior parte do período analisado, sempre aumentou sua população em um ritmo mais acelerado do que o verificado no Brasil, exceção quanto aos Censos de 1940, 1950 e 1970. O mesmo fenômeno foi observado para os estados do Amazonas e Pará quanto aos anos de 1940 e 1950. Particularmente quanto ao ano de 1940, observa-se que foi o único período da série a ter crescimento negativo, ou seja, o estado do Pará nesse período liberou 38.863 habitantes para outras regiões.

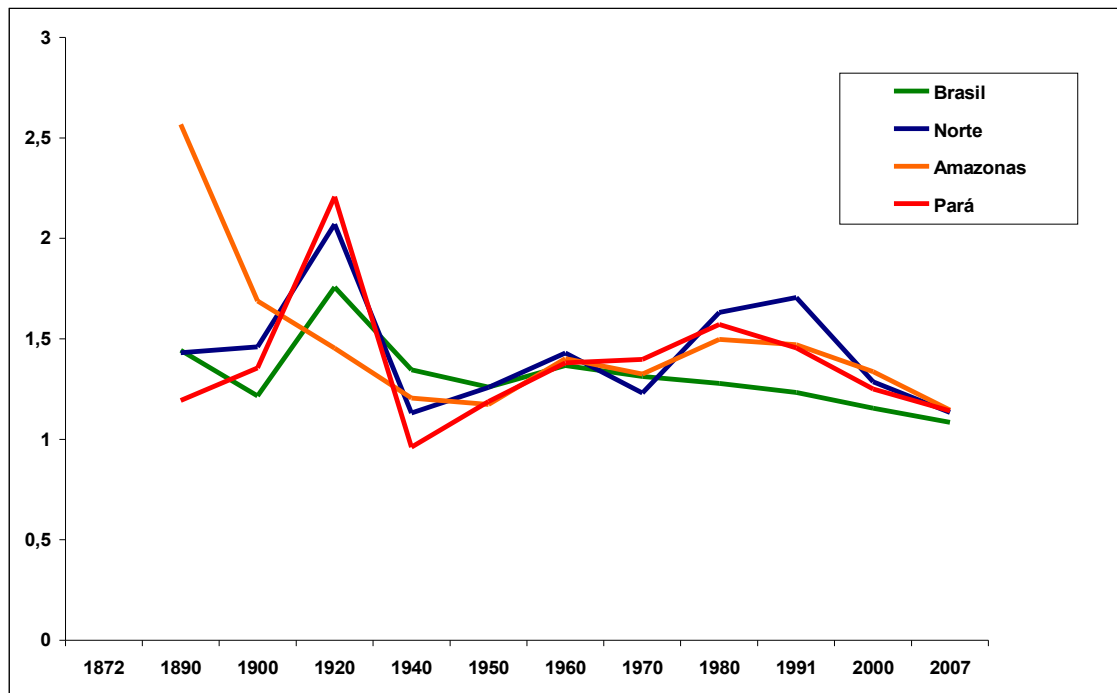


Figura 1 – Crescimento demográfico do Brasil, região Norte e estados do Amazonas e Pará, 1872 a 2007.

A partir dos anos de 1960, a geopolítica estabelecida para a Amazônia Legal buscava definir políticas territoriais e econômicas que incorporassem a vastidão do seu território a socioeconomia do País, garantindo sua soberania. Isso fica evidenciado na evolução da Figura 1, quando a região retoma uma tendência de crescimento na sua dinâmica populacional.

Nos anos de 1970, graças à abertura de novas rodovias e à proliferação de serviços de táxi aéreo, 600 mil brasileiros instalaram-se ao longo do rio Amazonas, e muitos transpassaram as fronteiras (FRANCO FILHO, 2007).

Autores como Penteadó (1967) e Pandolfo (1990) chamam a atenção sobre as consequências dessas migrações para o ecossistema Amazônico. Segundo Pandolfo (1990), os sistemas produtivos empregados não conseguiram criar uma socioeconomia estável, por não levarem em conta a vocação ecológica dos solos. Desassistidos de recursos financeiros e tecnológicos, os colonos assentados desenvolvem a única atividade que conheciam e que consiste no desmatamento da área para a implantação de suas roças desencadeando, com isso, a lixiviação acelerada das terras que ocupam.

O modelo desenvolvido não contribuiu para a fixação do homem a terra, pois, após um período curto de tempo, que não vai além de 3 a 4 anos, o solo se encontra exaurido, em decorrência das práticas agrícolas rudimentares empregadas. Incapaz de sustentar a sobrevivência do agricultor e sua família é tentado a se transferir para outro local onde irá recomeçar o mesmo ciclo: derruba da floresta, queima, plantio de sua roça e posterior abandono, característico do nefasto processo da lavoura itinerante (PANDOLFO, 1990).



Tais colonos, através de conhecimentos empíricos, derrubam a floresta para praticar a agropecuária. Na agricultura, a prática mais usada foi a itinerante onde o produtor derruba a floresta, queima, faz o plantio da roça e posteriormente abandona a terra em busca de um outro local para repetir o ciclo. Na pecuária, a prática mais usada é a extensiva no qual a floresta é derrubada para a formação de pastos provocando assim a degradação do solo.

A exploração desenfreada, a constante utilização dos recursos naturais e a falta de uma organização voltada à ocupação das terras de maneira ordenada e racional tornam-se as principais causas da situação de degradação ambiental.

3 PROBLEMAS ATUAIS DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO

Pesquisa recente de Pochmann (2007), dá conta do novo perfil de migração que vem ocorrendo no Brasil. Regiões dinâmicas como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, deixaram de ser a locomotiva do País e vivem um momento de estagnação da economia e, por consequência, da geração de emprego. Deixam, pois, de serem áreas atrativas, onde migrantes de todas as regiões do País buscavam oportunidades no passado. Hoje já não absorvem mão-de-obra e registram um dos maiores números de "exportação" de trabalhadores.

Dados da mesma pesquisa dão conta de que entre 1995 e 2004 a região Norte registrou um ingresso de 126 mil pessoas. Entre 1990 e 2005, o Pará foi o estado com maior geração de emprego proporcional, com alta de 5,43%, incluindo trabalho formal e informal. Na sequência vêm Mato Grosso (4,38%) e Amazonas (4,14%). São Paulo ocupa o 15º lugar com aumento de 1,77% nas vagas o Rio está em 22º, com alta de apenas 0,85%. A média nacional é de 2,32%.

Hoje, todas as Unidades da Federação da Amazônia Legal, de acordo com o último Censo Demográfico, são predominantemente urbanas, com a média regional do grau de urbanização atingindo 69,9%. Isso contrapõe com o estereótipo de "povos da floresta" para uma Amazônia fortemente urbanizada. Belém e Manaus, com as maiores populações da região, desempenham funções de metrópoles regionais.

A Tabela 2 evidencia o processo de urbanização que vem ocorrendo na região Norte, a exemplo do que acontece no Brasil. Nos anos de 1970, 45,13% da população regional era urbana. Em 2000 atinge a marca de 69,87%. É interessante notar que esse fenômeno não acontece apenas em termos relativos. Ele se dá, também, em termos absolutos, ou seja, o campo perde um contingente de 221.643 habitantes entre os Censos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – Estratificação da população residente na região Norte e estados do Amazonas e Pará por zona urbana e rural, para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Ano	Norte				Amazonas				Pará			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
1970	1.626.275	45,13	1.977.404	54,87	406.052	42,51	549.151	57,49	1.021.195	47,12	1.145.803	52,88
1980	3.036.264	51,63	2.844.442	48,37	856.716	59,89	573.812	40,11	1.666.993	48,98	1.736.505	51,02
1991	5.922.574	59,05	4.107.982	40,95	1.502.754	71,45	600.489	28,55	2.596.388	52,45	2.353.672	47,55
2000	9.014.365	69,87	3.886.339	30,13	2.107.222	74,92	705.335	25,08	4.120.693	66,55	2.071.614	33,45

Fonte: IBGE, 2009.



No estado do Pará, percebe-se o mesmo fenômeno. Entre os Censos de 1991 e 2000, a população relativa do setor rural passa de 47,55% para 33,45% e a população absoluta sofre uma diminuição de 282.058 habitantes. Essa perda de mão-de-obra implica na necessidade de uma modernização do setor rural, com vistas a ampliar a produtividade do trabalho e da terra dos que ficaram no campo.

Outro problema contemporâneo é a absorção de grandes contingentes populacionais que passam a migrar para a Amazônia em busca de melhores condições de vida. A Tabela 3 apresenta o crescimento populacional percebido entre os anos de 1970 e 2007.

Tabela 3 – Crescimento populacional do Brasil, Regiões Geográficas e estados da região Norte, entre 1970 e 2007.

Brasil, Região e UF	1970	2007	Cres. 2007/1970
Brasil	93.134.846	183.987.291	1,98
Norte	3.603.679	14.623.316	4,06
Nordeste	28.111.551	51.534.406	1,83
Sudeste	39.850.764	77.873.120	1,95
Sul	16.496.322	26.733.595	1,62
Centro-Oeste	5.072.530	13.222.854	2,61
Rondônia	111.064	1.453.756	13,09
Acre	215.299	655.385	3,04
Amazonas	955.203	3.221.939	3,37
Roraima	40.885	395.725	9,68
Pará	2.166.998	7.065.573	3,26
Amapá	114.230	587.311	5,14
Tocantins	-	1.243.627	-

Fonte: IBGE, 2008; IBGE, 2009.

Enquanto a população do Brasil cresceu 1,98 vezes, entre 1970 e 2007, a região Norte percebeu incremento de 4,06 vezes, ou seja, mais do que o dobro verificado no País. Quando comparada com as demais regiões geográficas verifica-se a mesma coisa.

Em alguns estados tem-se percebido incrementos consideráveis como Rondônia (13,09 vezes), Roraima (9,68), Amapá (5,14). Os estado do Amazonas e Pará aumentaram sua população, respectivamente, em cerca de 3,37 e 3,26 vezes. Algumas obras de infraestrutura que estão sendo programadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) devem estimular o processo de migração em direção a Amazônia. Em Rondônia, a expectativa é que a população chegue a dobrar (REBELLO et al, 2008).

A intensificação desse processo de migração deve merecer atenção especial das instituições regionais e do governo federal, sob pena de provocar severos problemas nos ecossistemas amazônicos e na gestão territorial.

Faz-se necessário, pois, definir um amplo processo de gestão territorial identificando, sobretudo, o potencial dos ecossistemas quanto à sustentação da população humana, de sua capacidade para gerar retorno financeiro e de suprir demandas por serviços ambientais. Cabe ressaltar que sustentar uma população humana é bem distinto da situação de produzir rendimentos monetários. Na Amazônia mesmo se conhece alguns modelos enclavistas de

desenvolvimento, onde a capacidade de gerar grandes lucros não coincide com a melhoria na qualidade de vida da população local.

Nestes termos, Fearnside (1993), ao criticar estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), destaca que a Amazônia não pode continuar servindo como grande sumidouro para os excedentes populacionais do País. Afirma, ainda, que a tentação de ver a região como uma cornucópia e a solução para resolver os problemas de população e distribuição de terra não pode continuar.

No estado do Pará, por exemplo, um grande contingente de nordestinos tem desembarcado no município de Parauapebas em busca de oportunidades de emprego na maior jazida de minério de ferro do planeta. A inauguração da estrada de Ferro Carajás, em 1985, ligando São Luís (MA) a Parauapebas intensificou, consideravelmente, a migração de maranhenses. Barros (2007) chama a atenção para o fato de que grande parte desse contingente populacional vem em busca de serviços pesados e sem qualificação profissional e escolaridade consistente. Esse fluxo migratório tem trazido graves problemas para as já precárias administrações municipais. Agravam-se assim as demandas por assistência a serviços básicos de saneamento, coleta de lixo, abastecimento d'água, segurança pública entre outros.

O inchaço populacional passa a ser um ônus pesado para as administrações públicas e para a sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos. A seguir, apresentam-se os municípios com mais de 100 mil habitantes nos estados do Pará e Amazonas.

Tabela 4 – Municípios com mais de 100 mil habitantes nos Estados do Amazonas e Pará, 2007.

Municípios	População
Manaus (AM)	1.646.602
Belém (PA)	1.408.847
Ananindeua (PA)	484.278
Santarém (PA)	274.285
Marabá (PA)	196.468
Castanhal (PA)	152.126
Parauapebas (PA)	133.298
Abaetetuba (PA)	132.222
Itaituba (PA)	118.194
Cametá (PA)	110.323
Parintins (AM)	102.044
Bragança (PA)	101.728

Fonte: IBGE, 2008.

Da Tabela 4 depreende-se que dos 205 municípios que compõem os dois estados, 12, ou seja, 5,85% já possuem mais de 100 mil habitantes. Os estados do Pará (143 municípios) e Amazonas (62) possuem, respectivamente, 6,99% e 3,23% de municípios com contingente populacional maior que 100 mil habitantes.

Essa concentração populacional, em poucos municípios, já começa a dar mostras de acúmulos de problemas ambientais e urbanos, principalmente, nos municípios menores. Nesse



sentido, o prefeito de Bragança (PA) Edson Oliveira ressalta a dificuldade em conter a invasão de migrantes que vêm atrás de uma vida melhor e, com isso, acabam aumentando, fortemente, a demanda por serviços públicos e provocando graves transtornos à estrutura administrativa e aos municípios. Os investimentos realizados, como um terminal pesqueiro, a formação de um núcleo universitário, atraíram muitas pessoas e com elas também se acumulam problemas de muitas dimensões como, por exemplo, a criminalidade e a violência (CRESCIMENTO, 2008).

Os fluxos migratórios não dependem somente de variáveis socioeconômicas enfatizando os fatores de expulsão, mas, como explica Becker (1990), devem-se considerar os fatores histórico-culturais, políticos e geográficos. Neste sentido, existem razões pessoais e individuais que justificam os fluxos migratórios, dentre os quais se destacam os de informação apoiados em relações pessoais. O migrante é um ator racional que, com o avanço dos meios de comunicação, se insere em fluxos de informação, os quais auxiliam na busca de seus objetivos. Portanto, eles elegem o seu destino e facilitam a sua inserção no mercado de trabalho, formando as chamadas redes sociais.

O contraponto dessas considerações é que alguns desses fluxos migratórios foram positivos para Amazônia, a exemplo da migração japonesa, libanesa entre outras que, respectivamente, agregaram tecnologia agrícola e práticas de comércio importantes para a economia regional. Nessa linha, Homma e Rebello (2007) chamam a atenção para o fato de que a introdução do cultivo comercial da pimenta-do-reino, pelos imigrantes japoneses, no município de Tomé-Açu (PA), inaugurou a era do uso de fertilizantes e da mecanização agrícola na Amazônia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da dinâmica populacional demonstra a conformação de um dado território no que tange sua socioeconomia, condições ambientais e mesmo culturais, daí a importância de tais análises. Por isso, as migrações têm sido alvo de análises, não apenas como resultantes de eventuais desequilíbrios econômicos, sociais ou demográficos, mas, principalmente, como elementos da organização espacial de uma sociedade. Entender essas relações reais e abstratas é fundamental para o planejamento do desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia.

Especificamente, as grandes obras de infraestrutura realizadas na Amazônia bem como o avanço da fronteira agrícola, principalmente a partir dos anos de 1960, tiveram papel importante na atração de migrantes, fomentadas primordialmente pelo governo brasileiro. Destaque especial, para a rodovia Belém-Brasília que passou a constituir eixo de povoamento, bem como a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e rodovias estaduais como a PA-150.

Assim, tem-se um acelerado crescimento populacional verificado na região. Em 135 anos, 1872 a 2007, enquanto a população do Brasil foi multiplicada por 18,53 vezes, no mesmo período, a região Norte teve sua população multiplica 43,93 vezes e os estados do Amazonas e Pará, respectivamente, por 55,93 e 25,67 vezes.

A intensificação da dinâmica populacional tende a causar uma sobrecarga à estrutura administrativa dos estados e municípios na Amazônia que, modo geral, não possuem infraestrutura econômica e social para atender essas demandas. Ademais, os recursos para



PORTO ALEGRE, 26 A 30 DE JULHO DE 2009

SOBER 47^o CONGRESSO
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL

DESENVOLVIMENTO RURAL E SISTEMAS AGROALIMENTARES: OS AGRONEGÓCIOS NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO DAS NAÇÕES

execução das obras e serviços públicos acabam sendo diluídos por tantas necessidades, assim como as oportunidades e a renda privada termina sendo insuficiente. Soma-se, ainda, a intensificação da pressão sobre os recursos naturais, tendo em vista a necessidade de expandir a produção de alimentos, insumos para os setores agroindustriais e industriais e a geração de excedentes exportáveis.

A preocupação com a questão ambiental não significa estancar o desenvolvimento regional, mas pensá-lo em outros termos. Desta forma, o tratamento adequado das questões migratórias se insere, obrigatoriamente, nas estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis para a Amazônia. Isso, certamente, passa pelo aproveitamento de recursos naturais com tecnologias avançadas que permitam a obtenção de produtos certificados e com a participação da sociedade civil organizada na gestão do território.

A gestão do território deve contar com zoneamento econômico-ecológico, como instrumento de planejamento do uso dinâmico do território, a partir da identificação de diferentes níveis de sustentabilidade e vulnerabilidade que permitam prognosticar sobre comportamentos futuros diante das diversas alternativas de uso do espaço. Torna-se importante, também, promover a consolidação das rodovias já abertas e evitar a abertura de novas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, D. **O significado da produção de cacau na Região Amazônica**. Belém: UFPA, NAEA, 1974. 90 p. (Coleção NAEA/FIPAM).

BARROS, C. J. **Parauapebas: entre o céu e o inferno**. <Disponível em: [HTTP://WWW.REPORTERBRASIL.COM.BR/EXIBE.PHP?ID=831](http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=831)>. Acesso em: 01 abr. 2009.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.

BECKER, B. K. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégia, trajetória, conflitos e alternativas. In: BECKER, B. K. et al. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília:UNB; Rio de Janeiro:UFRJ, 1990, p. 89-109.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 1997.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOUHID, W. **As metas do governo e a valorização da Amazônia**. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1958.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CONCEIÇÃO, M. F. C. **Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. Campinas: Unicamp, 1990 (Dissertação de Mestrado).

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000.



PORTO ALEGRE, 26 A 30 DE JULHO DE 2009

SOBER 47^o CONGRESSO
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL

DESENVOLVIMENTO RURAL E SISTEMAS AGROALIMENTARES: OS AGRONEGÓCIOS NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO DAS NAÇÕES

CRESCIMENTO. **O Liberal**, Belém, 24 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=251&codigo=337933>>. Acesso em: 07 jun. 2008.

FEARNSIDE, P. M. Migração, colonização e meio-ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos. In: FERREIRA, E. J. G.; SANTOS, G. M.; LEÃO, E. L. M.; OLIVEIRA, L. A. **Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia**. Manaus: INPA, 1993. p. 249-267.

FRANCO FILHO, G. S. **Trabalho na Amazônia**: a questão dos migrantes. Belém: Unama, 2007. 58 p.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da Migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para Discussão, 231).

HOMMA, A. K. O. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém: Embrapa Amazônia Oriental/FIEPA, 2007.

HOMMA, A. K. O.; REBELLO, F. K. Aspectos econômicos da adubação e calagem na Amazônia. In: CRAVO, M. S.; VIÉGAS, I. J. M.; BRASIL, E. C. **Recomendações de adubação e calagem para o Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. p.105-118.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>>. Acesso em 1 abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População, 2007**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=17&i=P>>. Acesso em 6 maio 2008.

Organização Internacional do Trabalho. **Los problemas de carácter social y laboral de los trabajadores migrantes y la industria de la construcción**. Genebra: OIT, 1995.

PANDOLFO, C. **Considerações sobre a questão ecológica da Amazônia brasileira**. Belém: SUDAM, 1990.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967. v. 1; v. 2. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

POCHMANN, M. **Nova geoeconomia do emprego no Brasil**: um balanço de 15 anos nos estados da federação. Disponível em: <[HTTP://WWW.FETECSP.ORG.BR/INDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&TASK=VIEW&ID=30781&ITEMID=181](http://WWW.FETECSP.ORG.BR/INDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&TASK=VIEW&ID=30781&ITEMID=181)>. Acesso em: 7 jun. 2008.

REBELLO, F. K.; LOPES, M. L. B.; SANTOS, M. A. S. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Amazônia: impactos e oportunidades. **Contexto Amazônico**, Belém (PA), p. 1 - 4, 01 dez. 2008.